

Na sombra do império

Qual império? O terceiro, dito africano. Que sombra? «Polissémica», diriam os sábios e os pedantes (muitas vezes confundem-se, infelizmente). Mas nós, que gostamos da fala simples, diremos: a sombra em todos os seus sentidos. A que esconde, a que se esconde e a que nos persegue. Sem falar da que segue ou acompanha, o que nos permitirá incluir nesta crónica certos PALOP e algumas zonas limítrofes. No caso de um império, é sempre importante conhecer os seus sucessores e as suas margens, mesmo as mais obscuras. Sobretudo as mais obscuras, pois são as mais perigosas. Começemos pela que nos parece ser a mais notável das obras que compõem o lote.

*O Império Africano, 1825-1890*¹, é importante porque, não sendo o primeiro livro de síntese sobre a história do terceiro império publicado em português, a sua originalidade provém do facto de, dos dez autores que o compuseram, oito serem, provavelmente, de origem portuguesa. Significa isto que, vinte e cinco anos passados sobre a revolução dos cravos, o capital de conhecimento sobre o império adquirido pela historiografia estrangeira começa, finalmente, a entrar em força na concepção que os historiadores portugueses têm da sua história colonial recente. Não só os progressos factuais, mas sobretudo as problemáticas exploradas noutras partes. O que é que encontramos no mercado dos livros de história colonial portuguesa redigidos por portugueses, tendo em conta a *totalidade* dos territórios nos séculos XIX-XX? Tanto quanto nos é dado saber, praticamente nada desde a publicação, em 1940, do terceiro volume da *História da Expansão Portuguesa no Mun-*

¹ Valentim Alexandre e Jill Dias (coords.), *O Império Africano, 1825-1890*, Editorial Estampa, Lisboa, 1998, 864 páginas, vol. x da *Nova História da Expansão Portuguesa*, fotos, mapas, índice analítico e onomástico.

do. Pior: numa ou até em várias histórias de Portugal surgidas a partir dos anos 70 os capítulos consagrados ao ultramar têm tantas lacunas ou são de tal modo passadistas que isso se torna insuportável, se não mesmo completamente ridículo. Seria bom que os autores aprendessem a ser humildes e reconhecessem que não é possível ser simultaneamente especialista da metrópole e daquelas que foram as parcelas do império ao longo de cinco séculos. De outra forma, tratar-se-á de um mau trabalho de compilação, falho de informação e repetitivo.

O livro está dividido em dez partes, das quais as duas primeiras consagradas à «Questão colonial no Portugal oitocentista» e à «Organização geral» e as restantes oito a cada uma das colónias, de Cabo Verde a Timor. Cada parte é acompanhada de uma bibliografia e, para as oito colónias, de uma lista dos governadores (incompleta em pelo menos um caso). As notas são abundantes (excepto numa parte, donde estão ausentes). Os desenvolvimentos são desiguais, quer de um ponto de vista quantitativo — se é normal que sejam dedicadas 238 páginas a Angola, contra as 38 de Timor, já o é menos que Moçambique não tenha senão 100 páginas, contra 48 referentes a São Tomé —, quer de um ponto de vista qualitativo. A impressão com que se fica é a de que cada autor terá tido grande liberdade para tratar da parte que lhe estava atribuída. No conjunto, a maioria desenvolve as secções económicas e sociais, mesmo etno-históricas e diplomáticas. Há vinte anos seríamos levados a pensar que os autores estavam a pôr a carroça à frente dos bois, ao subestimarem de forma tão censurável a simples descrição dos factos e a cronologia (que o leitor médio ficaria grato se lhe fosse facultada no final do volume, para não se perder). Mas, como nos nossos seis volumes em português e no nosso *Timor en guerre. Le crocodile et les Portugais (1847-1913)*² (não traduzido) já fornecemos uma base cronológica para Angola, Moçambique, a Guiné e Timor e certos autores remetem para os nossos volumes para mais pormenores, aceitamos aquela que parece ser a vontade dos autores, de se dirigirem a um público vasto, não especializado, mas preocupado em conhecer a evolução das múltiplas sociedades luso-coloniais. Em relação aos títulos publicados até à década de 70, o progresso é inegável. O que mais nos agrada neste volume não é o contributo documental deste ou daquele autor — contributo notavelmente novo no caso da Índia —, mas o facto de desmitificarem a história colonial, desmistificando o leitor português médio. Ponto final nas tiradas sobre a glória, o heroísmo, a sofreguidão dos concorrentes estrangeiros, a benevolência da administração e dos colonos em relação aos pobres indígenas, enfim retirados da obscuridade pelo luso-tropicalismo. O maior mérito dos autores — com excepção, talvez, de um, que resvala

² René Pélissier, *Timor en guerre. Le crocodile et les Portugais (1847-1913)*, Éditions Pélissier, 78 630 Orgeval, France, 1996, 368 páginas, índice.

levemente para o triunfalismo — está no facto de introduzirem uma boa dose de realismo e de distanciamento científico numa historiografia minada por séculos de afirmações aproximadas, de ênfase, nacionalismo, complexos, silêncios, insegurança. Nada mais perigoso para um historiador do que escrever sobre a sua história militar e/ou colonial (nos países que tiveram ambições além-mar) quando esta se transformou numa espécie de epopeia para uso exclusivamente nacional.

Em resumo, este livro traz, em certas partes, uma massa de informação (nomeadamente no que respeita às quatro colónias mais pequenas) apreciável, se não mesmo única (mais uma vez a Índia). As bibliografias são muitas vezes actualizadas (dentro dos limites das carências de livros estrangeiros sobre o império que afectam as bibliotecas universitárias portuguesas) e, por vezes, abundantes. Detectámos um número muito reduzido de erros, o que prova que, pelo menos no que respeita às quatro colónias em que trabalhamos de forma aprofundada, os autores tomaram a sua missão a sério e informaram-se sobre a literatura existente fora de Portugal. Com excepção de algumas partes ou secções, não se trata de um trabalho de investigação inteiramente novo, mas, no conjunto, enquanto síntese, este volume não tem equivalente em português. Não podemos deixar de expressar um receio: nada temos a opor a que se consagrem 864 páginas a 65-66 anos de história colonial, mas é desejável que ao vol. XI — o último — se siga um vol. XII, pois, se se pretende que o período de 1890-1974 seja tratado com o mesmo meticoloso cuidado, as 900, 1000 páginas que estarão previstas não vão chegar. Vão ser precisos dois volumes de 900, sob pena de se verificar um desequilíbrio grave ou de a qualidade se vir a ressentir-se — o que não deixaria de ser prejudicial para o leitor português, que, pela primeira vez, repetimo-lo, pode ler um livro sobre o terceiro império, tomado no seu todo, que não deixa os especialistas irritados. E mais um voto: que a leitura deste volume se torne obrigatória nos liceus portugueses e — mais útil ainda — seja imposta aos autores de manuais de história para o ensino primário. De outro modo, continuar-se-á a trilhar o mesmo caminho patético que o grande público tem estado condenado a seguir. A objectividade não existe, mas ao menos que as novas gerações fiquem a saber que no império nem sempre brilhou um sol radioso, mesmo para os colonizadores. Também há sombras.

Não conhecemos os outros volumes surgidos nesta *Nova História da Expansão Portuguesa*, mas, se o empreendimento chegar ao seu termo (e com 12 volumes, e não apenas os 11 anunciados), Portugal será o único país do mundo a dispor de uma história colonial actualizada e pormenorizada. Pode mesmo encarar-se a hipótese de um 13.º volume de cronologia que recapitule, pondo-os em destaque, os factos não esclarecidos pelos nossos autores. Em cinco séculos, material é o que não faltará para encher este grande volume.

Regressemos à sombra com *O Império a Preto e Branco*³. A autora anuncia friamente a cor: «A verdadeira história da relação entre os colonos portugueses e os povos de África que tiveram a desgraça de se cruzar com eles está ainda por fazer. Esta colecção de postais é uma pequena amostra do que foi esse encontro» (p. 8). Tudo o que procura iluminar as zonas obscuras não pode senão merecer a nossa aprovação, e o postal ilustrado é uma prova intorneável para se conhecer, em determinada época, o estado de espírito numa dada sociedade dominante. Ana Barradas é uma anticolonialista encartada, devotada à demolição do mito: «Hoje, desfeito o império, circula uma versão democrática que mais uma vez nos quer convencer da existência histórica de qualidades insubstituíveis do português no relacionamento com os não europeus» (p. 7). Desde logo, selecciona-nos umas dezenas de postais em que se vêem trabalhadores africanos explorados, indígenas postos a ridículo, um chefe acorrentado, prisioneiros, a pobreza de uns tantos, a arrogância dos colonos. Trata-se, evidentemente, de uma visão unilateral, mas é o antídoto do veneno nacional. Gostaríamos muito de saber, contudo, donde é que a autora retirou que houve uma «derrota desastrosa no Cunene com a morte de 254 soldados» (p. 17) em Outubro de 1914. É por aqui que se vê a utilidade da cronologia, mesmo em polémica.

Muito mais vasta e ambiciosa é uma outra obra, magnífica — o sonho do iconógrafo e o desespero, provável, do impressor perante este livro de um artista. Mencioná-lo-emos aqui porque completa e enriquece incomensuravelmente o anterior. A utilidade desta *História da Imagem Fotográfica em Portugal*⁴ é evidente para a história portuguesa, pois, além da ilustração — extraordinariamente abundante e bem escolhida — da arte da fotografia e dos fotógrafos em Portugal, também documenta a história social e política do país, domínio em que não iremos entrar. Em contrapartida, acrescentaremos que, se, por um lado, o autor não atribui importância aos postais ilustrados, por outro, fornece indicações preciosas sobre as primeiras fotografias (em álbum) produzidas em Angola. Quem nos dera saber onde encontrar a litografia feita pelo médico Clemente Joaquim Abranches Bizarro, em 1843, a partir de um «daguerreótipo da princesa da Huíla» (p. 27). Embora não sendo especialistas na matéria, pensávamos que a primeira fotografia etnológica no mundo era posterior (1844) e tinha que ver com o Brasil. Há uma anterioridade portuguesa em Angola? O autor fala longamente desse pioneiro que foi Cunha Moraes, cujos quatro volumes de fotos datam de 1885 e respeitam à África ocidental portuguesa (sobretudo Angola), um trabalho único para a época e de primeiríssimo plano a nível histórico. Assinale-se que o desdobrável (em plano

³ Ana Barradas, *O Império a Preto e Branco*, Edições Dinossauro, Lisboa, 1998, 78 páginas, fotos.

⁴ António Sena, *História da Imagem Fotográfica em Portugal — 1839-1997*, Porto Editora, Porto, 1998, 470 páginas, centenas de fotos, desdobráveis, índice.

com a p. 96) consagrado ao porto do Lobito não pode datar de c. 1899, mas, no mínimo, de 1906-1907, dada a complexidade das instalações ferroviárias que mostra. Seja como for, este livro é a obra de um artista sobre outros artistas, cuja realização deverá ter custado uma fortuna.

Debrucemo-nos agora sobre um livro destinado às bibliotecas. *American Travellers Abroad*⁵ é uma bibliografia dos livros de viagens, anteriores a 1900, feitas pelos americanos fora dos seus 48 estados. Bibliografia anotada, munida de índice geográfico. E neste ponto o autor poderia ter sido mais pormenorizado, pois, se anuncia 12 títulos para Cabo Verde, um para Angola, quatro para Moçambique (e 25 para Portugal continental, 22 para a Madeira, 16 para os Açores), nem sempre se deu ao trabalho de catalogar todos os países abrangidos num mesmo livro e respeitando a várias regiões percorridas. Exemplo: William Harvey Brown, *On the South African Frontier*, não aparece nem em Angola nem em Moçambique, mas na entrada «África», com 62 títulos. Quem é que, fora dos Estados Unidos, vai ter coragem de se zangar com todas as bibliotecas que frequenta para que obtenham o empréstimo internacional dos 62 livros que em seguida deverá consultar? A ideia era boa — diríamos mesmo excelente —, mas vai ser preciso esperar por uma terceira edição, que o autor poderia estender até aos nossos dias, para dispor de uma nomenclatura minuciosa de todos os países descritos. Só que aí, diante da vastidão do trabalho, deverá contar com a ajuda de colaboradores. Nada mais ingrato do que a bibliografia. Esta já corresponde a um trabalho notável, que revela autores desconhecidos dos especialistas mesmo. A sua utilidade é, pois, manifesta.

Partamos de viagem com um tríptico publicado na Suécia. Todos conhecem o papel preponderante assumido pelos países escandinavos no apoio concedido aos movimentos de libertação nos futuros PALOP. Para certos activistas locais que, na falta de uma história nacional recente virada para aventuras soalheiras, se esgueiravam felizes e contentes na sombra da África austral chegava a ser uma verdadeira profissão de fé. Cada um é livre de pensar o que quiser destas motivações que hoje custam muito dinheiro aos contribuintes nórdicos (excepto à Islândia, que não se deixou arrastar pelo turbilhão), mas não podemos deixar de mencionar um formidável empreendimento editorial, que talvez venha a compreender seis volumes, encadernados e ilustrados, cujo tema é o papel dos países nórdicos na libertação nacional da África austral. Os três primeiros volumes já publicados mostramos que o responsável pelo projecto, Tor Sellström, fixou a fasquia da sua ambição a um nível muito elevado e que já o ultrapassou. O vol. 1 de

⁵ Harold F. Smith, *American Travellers Abroad. A Bibliography of Accounts Published before 1900*, 2.^a ed., The Scarecrow Press, Londres, 1999, ix+383 páginas, índice.

*Sweden and National Liberation in Southern Africa*⁶ é um trabalho de politólogo ou de historiador assente nas pesquisas extraordinariamente pontilhistas feitas na imprensa e nos arquivos, reforçadas por dezenas de entrevistas à maioria dos suecos (e dos africanos políticos que beneficiaram da ajuda sueca quando estavam em luta) envolvidos na solidariedade e na ajuda aos movimentos de libertação anticoloniais entre 1950 e 1970. Este fenómeno, bastante artificial, em nossa opinião, tendo em conta o fraco impacto histórico da Suécia na África austral (excepto na África do Sul e na Namíbia), é seguido mês após mês. O autor proporciona-nos um banho de rejuvenescimento, pois nas secções consagradas a Angola (pp. 367-438) e a Moçambique (pp. 439-504) vê-se desfilar o Gotha dos históricos do MPLA, da FNLA, da UNITA, da FRELIMO, e mesmo algumas ovelhas desgarradas, que vieram mendigar ajuda junto dos estudantes, dos jornalistas, dos sindicalistas e, sobretudo, dos políticos (quer liberais, quer sociais-democratas) dessa «grande consciência europeia» dos anos 60 que era a Suécia humanista. É o reverso do cenário da militância, e o autor não se exime de nos relatar tudo sobre as lutas de influência, as invejas, os erros, as amizades pessoais, as ingenuidades e sobretudo — *ultima ratio* da guerra — a melhor maneira de obter dinheiro. Muito dinheiro desta generosa fada-madrinha. De caminho, ficamos a saber que os avós da mulher de Mondlane eram suecos — há momentos em que ajuda ter família. Seja como for, doravante deixou de ser possível estudar com seriedade a história do nacionalismo em Angola e em Moçambique sem conhecer este livro, cujo autor, embora comprometido, a nível de ideias, com um campo (os «progressistas»), mantém um rumo relativamente neutro no que respeita aos diferentes protagonistas («irmãos» inimigos) angolanos. A bibliografia é séria, mas bastante pobre em francês e inexistente em português (excepto em relação a alguns jornais). Trata-se, no conjunto, de um trabalho de grande mérito e original.

Ainda mais apaixonante é o volume⁷ que reproduz as mais de 80 entrevistas que serviram de fontes orais ao precedente. Dessas, sete respeitam a angolanos e seis a moçambicanos (ou naturalizados) que tiveram de tratar com a Suécia a sua luta de libertação nacional. São em colunas de texto as pp. 15-36 para Angola e 38-57 para Moçambique. Encontram-se aí alguns dinossauros do nacionalismo luso-africano, retirados da vida pública (antigos

⁶ Tor Sellström, *Sweden and National Liberation in Southern Africa*, vol. 1, *Formation of a Popular Opinion (1950-1970)*, Nordiska Afrikainstitutet, Upsala, 1999, 541 páginas, fotos, índice.

⁷ Tor Sellström (coord.), *Liberation in Southern Africa. Regional and Swedish Voices. Interviews from Angola, Mozambique, Namibia, South Africa, Zimbabwe, the Frontline and Sweden*, mesmo editor, Upsala, 1999, 365 páginas, índice.

combatentes, em certo sentido), nalguns casos, ou em plena actividade, noutros. Quase todos estão reconhecidos à Suécia pela ajuda concedida. Um livro a ser descoberto pelos amadores de história oral. Decorridos trinta anos, os jovens leitores também lá encontrarão suecos (e refractários portugueses) que desafiam a chuva nas ruas de Lund empunhando cartazes com palavras de ordem como «Portugal ut ur Afrika», «Vapen-hjälp till MPLA». Portugal saiu de África, mas quem é que agora ousaria reivindicar armas para o MPLA no meio desta multidão? Onde estão os militantes? Avozinhas de Volvo? Ou burocratas da assistência técnica, mais provavelmente. Alguns são mesmo directores de fundações, outros presidentes do Partido Comunista sueco e dos seus satélites. Não faltam, neste livro, explicações.

E na Finlândia? «We are talking about 1960s Finland, where one never really saw a black person. There were no black people in Finland» (*Finland and National Liberation in Southern Africa*⁸, p. 202). Nestas condições, é difícil sensibilizar a opinião para o destino dos oprimidos de Angola e de Moçambique, mas o primeiro representante de um movimento de libertação oficialmente convidado a visitar a Finlândia é Amílcar Cabral. O hábil cabo-verdiano — infelizmente pouco evocado nestes três volumes, uma vez que a Guiné-Bissau não foi tida em conta em virtude da sua situação fora da África austral — causou uma forte impressão em Helsínquia. Com excepção da Igreja Luterana finlandesa e das suas missões no Sul de Angola (posteriormente, também noutros lugares), quase ninguém se interessava pela África lusófona nos anos 60-70. O movimento de solidariedade com a sua luta de libertação foi, pois, obra de um punhado de activistas, ainda mais reduzido do que na Suécia. A ajuda mais visível foi para o Mozambique Institute da FRELIMO, a partir de 1968, graças aos contactos da mulher de Mondlane (com quem é reproduzida no livro uma entrevista). Recolhas de fundos efectuadas nas escolas possibilitaram que a tipografia da FRELIMO fosse instalada em Dar-es-Salam. Um estudante activista de esquerda visitou as zonas do PAIGC na Guiné. É presentemente embaixador no Peru. *Sic transit gloria mundi!* De facto, Angola beneficiou também, por tabela, após a independência, da ajuda concedida aos refugiados da SWAPO (Namíbia) e do ANC (África do Sul) instalados no Cuanza Sul e perto de Luanda, etc. Dada a neutralidade da Finlândia (na altura), a ajuda terá suscitado debates. Ao todo, o livro conterà algumas dezenas de páginas que interessam a Moçambique. Ficamos impacientemente à espera dos volumes consagrados à Dinamarca e à Noruega.

⁸ Iina Soiri e Pekka Peltola, *Finland and National Liberation in Southern Africa*, mesmo editor, Upsala, 1999, 213 páginas, fotos.

E, já que estamos a tratar de conflitos, deixemo-nos ficar com a 2.^a ed. de *Os Anos de Guerra (1961-1975)*⁹. Como já referimos a utilidade da 1.^a edição (1988), vamos ser breves, pois os textos incluídos não parecem ter sido objecto de alterações, excepto para actualizar as biografias e as bibliografias dos escritores que figuram nesta antologia de relatos de guerra, precedidos de capítulos históricos, da autoria de João de Melo e de Joaquim Vieira. Trata-se de uma obra mista (centenas de fotografias e extractos de obras de antigos combatentes portugueses e nacionalistas africanos) que permitirá aos velhos recordarem a sua juventude e aos jovens conhecerem os anos negros. O drama, nos casos de Angola e de Moçambique (e mesmo da Guiné, a partir de 1998), é que esta guerra colonial não foi senão o prelúdio de conflitos muito mais sangrentos, que devastaram e continuam a devastar as suas sociedades. Note-se que as inúmeras campanhas da «pacificação» (por alto, 1860-1930) provocaram um número infinitamente maior de mortos do que estas três guerras coloniais, mas ninguém — tanto quanto nos é dado saber — publicou antologias a seu respeito. É verdade que, na época, só os vencedores sabiam escrever e que quase todos eram oficiais ou furriéis e sargentos, mais preocupados com a Torre e Espada do que com as glórias literárias. Em qual das categorias das nossas sombras deveríamos incluí-los?

E os autores dos dois livros que se seguem? *Prospects for Peace and Development in Southern Africa in the 1990s*¹⁰ é uma das por de mais numerosas justaposições de contributos que certos professores universitários, por falta de tempo ou por não disporem dos meios para escreverem eles próprios os seus livros, lançam no mercado para conferirem espessura ao rol das suas obras publicadas. É o chamado *perish or publish*, ou o inverso. Vamos aqui encontrar alguns capítulos sobre Moçambique, Angola, a política africana de Cuba (por intermédio de dois *apparatchiks* de Havana), Angola e a Namíbia, o Canadá, a África austral, à luz de Angola. Há alguns autores africanos e a bibliografia sobre o tema é desenvolvida. De conhecimento útil.

Não nos deixemos intimidar por Nelson Mandela, Boutros Boutros-Ghali, Kofi A. Annan e dois ou três grandes pensadores do nosso tempo que dão o seu contributo a *Peacemaking and Peacekeeping for the New Century*¹¹. É um género em que os organizadores de *seminars* convidam personalidades

⁹ João de Melo (coord.), *Os Anos de Guerra (1961-1975). Os Portugueses em África. Crónica, Ficção e História*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1998, 499 páginas, fotos.

¹⁰ Larry A. Swatuk e Timothy M. Shaw (coords.), *Prospects for Peace and Development in Southern Africa in the 1990s. Canadian and Comparative Perspectives*, University Press of America, Lanham, Maryland, 1997, xxxi + 300 páginas.

¹¹ Olara A. Otunnu e Michael W. Doyle (coords.), *Peacemaking and Peacekeeping for the New Century*, Rowman and Littlefield Publishers, Lanham, Maryland, 1998, xvi + 352 páginas, índice.

mais ou menos prestigiadas — mais do que menos — para uma reflexão conjunta, com todas as despesas pagas, sobre a forma de melhorar as relações internacionais e de obviar aos fracassos de negociações anteriores. A maioria não tem sequer tempo para redigir os seus textos, mas os assessores fazem-no por eles muito bem — afinal, estamos entre gente distinta, que não pode deixar-se ficar mal. É a apoteose da diplomacia, da função internacional exercida ao alto nível e das frases ocas. Angola e Moçambique surgem com bastante frequência, no primeiro caso para deplorarem o fracasso das Nações Unidas, no segundo para o apagarem e se congratularem.

Muito mais original é o assunto de *DINFO*¹², que conta — segundo um antigo chefe (1976-1988) do Departamento de Pesquisa (Repartição E) da Divisão de Informações Militares (DINFO) — alguns casos tratados durante esse período pelo único serviço de informações português existente na época. Como é dito no livro que os seus arquivos foram parcialmente queimados em Abril de 1997 — o que, para um historiador, constitui um crime a que ainda não se habituou, apesar de todos os antecedentes seus conhecidos nos arquivos coloniais portugueses —, o testemunho deste oficial torna-se importante para os futuros historiadores. Foi recolhido por uma jornalista em quem o entrevistado deposita confiança e que lhe imprimiu um estilo narrativo agradável. Está-se, pois, na esfera da espionagem, por definição amiga da sombra. Ignoramos se a autora revela tudo aquilo que ouviu, mas o livro não pode deixar de ser recomendado aos amadores de John Le Carré condimentado à lusitana. Pessoalmente, pensamos que certos traços psicológicos e de comportamento do português médio — se é que este existe — favorecem as actividades de espionagem e de contra-espionagem no seio da sociedade portuguesa. Será a penetração dos meios exteriores que levantará alguns problemas, mas podemos estar redondamente enganados a tal respeito. De verdadeiramente imperial ou palopiano neste livro, apenas umas tantas dezenas de páginas, o que é pouco. Citaremos as relativas aos fuzileiros na Guiné, em que o comandante considera que a PIDE era pouco eficaz nessa antiga colónia, e as que respeitam à marinha em Cabo Verde (1974-75), onde ele, oficial de marinha, destrói cartas pessoais encontradas nos arquivos da PIDE-DGS local. Juntaremos um capítulo sobre os contactos posteriores entre a DINFO, a RENAMO e a UNITA. Aqui o comandante fala enquanto técnico crítico: «Prometemos o que nunca cumprimos. Os nossos governantes movimentam-se em África numa tentativa de se impressionarem a eles próprios e ao eleitorado português» (p. 212). Está bem visto, mas

¹² Paula Serra, *DINFO. Histórias Secretas do Serviço de Informações Militares*, prefácio de Pedro Manuel Serradas Duarte [o comandante informador da autora], Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1998, 228 páginas, fotos.

decerto que não serão muitas as vezes em que é convidado a participar em colóquios internacionais. Nós, aliás, também não. A parte com mais novidades incide sobre os contactos entre a DINFO e a RENAMO, à qual aquela enviava cerca de 25 000\$00 por mês (p. 218). Está-se longe do *retainer fee* pago pela CIA a Holden Roberto. São também descritos os contactos com a UNITA, com algum pormenor e até um certo calor ao mais alto nível, o que não era o caso com os raros representantes da RENAMO no exterior (ambos misteriosamente assassinados). No fundo, é grande a amargura do comandante em relação aos políticos. «A nossa presença em África passa única e exclusivamente pela língua portuguesa. Porque em tudo o resto vamos ser engolidos [...] não temos dinheiro, temos falta de capacidade organizativa [...]» (p. 225). Bem visto, e bom livro. Mas, por misericórdia!, pensem em nós, pobres historiadores: mudem os vossos arquivistas, dinamizem-nos, se preferirem. *Mas não queimem os arquivos*. Sobretudo os da sombra!

Debrucemo-nos agora sobre três textos que emanam da África do Sul (novo regime). O primeiro, ao que parece, suscitará a unanimidade (mesmo daqueles que, há alguns anos, forneceram as minas e que agora são pagos para as retirar). *The Politics of De-mining*¹³ inclui um longo capítulo (pp. 79-112) sobre a política interna e externa de Moçambique, na medida em que afecta os problemas da desminagem no país. Os autores estão extraordinariamente bem informados sobre as complexas engrenagens (técnicas, financeiras e diplomáticas) das operações empreendidas (no papel e no terreno) desde 1992. Estudam os diferentes intervenientes (África do Sul, Noruega, Grã-Bretanha, etc.), os contratos, as prioridades, os bloqueios burocráticos, as tensões com os funcionários moçambicanos (a herança luso-marxista), as zonas de intervenção, os erros, as organizações não governamentais, a corrupção, a incompetência, etc. São bastante optimistas. No caso de Angola (pp. 129-152), assinalam uma melhor cooperação entre as diversas entidades encarregadas da desminagem, bem como novas técnicas (máquinas que utilizam rebenta-minas, martelos, etc.). Os cães farejadores antiminas importados de Moçambique adoeceram em Angola. Estão a ser tratados. Neste país são sobretudo os políticos que precisam de tratamento. Prioritariamente.

De leitura menos fácil é *South Africa and Southern Africa*¹⁴, um desses estudos em número já incontável sobre a integração económica dos países da região em que uma dezena de especialistas dizem mais ou menos a mesma coisa que os outros cinquenta ou cem que os precedem ou que vierem a

¹³ Laurie H. Boulden e Martin Edmonds, *The Politics of De-mining. Mine Clearance in Southern Africa*, The South African Institute of International Affairs, Braamfontein 2017, África do Sul, 1999, 190 páginas.

¹⁴ Antoinette Handley e Greg Mills (coords.), *South Africa and Southern Africa: Regional Integration and Emerging Markets*, mesmo editor, 1998, XIII + 134 páginas.

seguir. Angola e Moçambique estão lá mais ou menos representados. A originalidade do texto reside numa comparação com o MERCOSUR da América do Sul. *South African Yearbook of International Affairs*¹⁵ tem outras qualidades, já que nos 39 artigos que o integram se tem, regra geral, a certeza de ir encontrar qualquer coisa de novo. Sensibiliza o cuidado destes politólogos de registarem todas as relações diplomáticas, por insignificantes que sejam. É a saída do gueto e a africanização acelerada dos embaixadores. No âmbito dos nossos propósitos, assinale-se o papel de Mandela no problema de Timor Leste e uma dezena de páginas sobre o corredor de Maputo.

Vamos agora até às ilhas. Os Franceses descobriram Cabo Verde. Não no século xv, mas nas décadas 1980-1999, com uma dezena de livros em menos de quinze anos. Em contrapartida, os Britânicos — salvo o imperecível Basil Davidson — só de tempos a tempos se interessaram pelo arquipélago, com excepção de alguns turistas intrépidos. Foi para eles que foi publicado *Cape Verde Islands*¹⁶. Trata-se de um guia muito bom, com uma longa introdução histórica, cultural, etc. Mais, claro, todas as informações práticas sobre cada uma das ilhas (inclusive as que não são habitadas), com plantas das cidades, léxico português (rever certas palavras) e crioulo, flora e fauna (sobretudo os pássaros, uma vez que o livro se destina, antes de mais, aos Britânicos). A obra merece tradução em português (se existir um turismo lusófono atraído pelo arquipélago, o que ainda está por provar).

Ambições e abrangência totalmente diversas tem uma tese magistral sobre o nacionalismo e a vida política em São Tomé e Príncipe. Deixemos então de lado a timidez e ousemos a profecia: *Comrades, Clients and Cousins*¹⁷ permanecerá a obra maior sobre este arquipélago durante pelo menos dez anos, e por mais tempo ainda, para se conhecer o período de 1974 a 1998. Com excepção de um mapa do arquipélago cuja mediocridade e ilegibilidade são indignas de um trabalho tão minucioso e completo, o livro, que levou ao seu autor dez anos a redigir, faz-nos dar um salto inimaginável no conhecimento de São Tomé desde os anos 50, nomeadamente no que respeita à «guerra de Batepá» (Fevereiro de 1953), o acto do nascimento mítico (e falsificado) do nacionalismo local. Mas o corpo da obra, como o título indica, constitui uma análise ímpar das orientações contraditórias (socialismo à soviética e economia planificada a preceder uma democracia liberal e a

¹⁵ *South African Yearbook of International Affairs 1998-1999*, mesmo editor, 1998, xv + 418 páginas.

¹⁶ Aisling Irwin e Colum Wilson, *Cape Verde Islands: the Bradt Travel Guide*, Bradt Publications, Chalfont St. Peter, Bucks SL9 OLA, Inglaterra, 1998, x + 230 páginas, mapas, plantas, fotos a cores, índice.

¹⁷ Gerhard Seibert, *Comrades, Clients and Cousins: Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe*, Research School CNWS, Leiden University, Países Baixos, 1999, xiv + 455 páginas, fotos.

introdução das leis do mercado) que fracassaram, todas elas, depois da independência. Fracassaram porque, pela leitura deste texto, a impressão com que se fica é a de que a sociedade e a cultura política locais são, no essencial, hostis a qualquer desenvolvimento endógeno. Sejam claros: a herança da escravatura e a estratificação social que daí decorre parecem condenar este povo insular à passividade e ao *laisser-aller*, isto é — quer ele queira quer não —, à marginalidade no seu próprio país e à insignificância no mundo. Desde logo, todas as medidas ditadas pelos cooperantes ou pelos conselheiros externos, todos os créditos injectados numa sociedade do *lève-lève* (*sic*), parecem, absurdamente, não aquecer nem arrefecer, pelo menos no que diz respeito à geração actual. E não se vislumbra o que poderia fazer mudar a atitude da próxima. A verdade é que ela substituiu o colonialismo pelo paternalismo externo. Demasiado sol, demasiada humidade, demasiadas complacências, falta de energia. Que diferença em relação a Cabo Verde, onde a inteligência, a vontade de fugir à miséria, a emigração, dinamizaram, a partir da independência, a sociedade e a economia! «Quem tem padrinho na cozinha não passa fome» (p. 242), diz o provérbio são-tomense. Mas nem mesmo em São Tomé todos podem ter um padrinho que é ministro. A bibliografia é boa, mas o autor poderia ter recorrido mais aos livros de viagens, entre os quais o nosso *Explorar. Voyages en Angola et autres lieux incertains*¹⁸, com um capítulo inteiro sobre São Tomé e Príncipe em 1966. Numa obra desta envergadura, um índice é algo cuja falta se sente.

Abordemos em seguida uma outra espécie de sombra, a que se projecta para lá dos confins de um país, e por agora contentemo-nos com Angola. Em *Historical Dictionary of Congo*¹⁹ pensávamos ir encontrar informações sobre Cabinda. De facto, a entrada «Cabinda» nem sequer figura. Em contrapartida, é mencionado «Lassy», um profeta e chefe de seita com adeptos em Cabinda, o mesmo se passando com certos congolezes de origem cabindense, entre os quais «Da Costa, Claude-Antoine» e alguns outros Vili. No conjunto, trata-se de um dicionário fraco do ponto de vista da história, mas muito rico do ponto de vista da vida política congoleza (Congo-Brazzaville unicamente). A bibliografia é abundante, mas a ortografia francesa sofreu horríveis maus tratos. Algumas entradas são risíveis. Por exemplo, na p. 330, a venerável *Revue française d'histoire d'outre-mer* passa a ser «*d'outre-monde*», lapso que de imediato nos transporta para o além, isto é, para o reino das sombras. Falando a sério: aguarda-se desesperadamente uma história sobre Cabinda e não se vê

¹⁸ René Pélissier, *Explorar. Voyages en Angola et autres lieux incertains*, Éditions Pélissier, 78 630 Orgeval, 1979, 256 páginas.

¹⁹ Samuel Decalo, Virginia Thompson, Richard Adloff, *Historical Dictionary of Congo*, The Scarecrow Press, Londres, 1996, xxxiv + 379 páginas, colecção «African Historical Dictionary», n.º 69.

nenhum autor cabindense, um sequer, tentar a aventura. O que não deixa de ser curioso.

Se há coisa que, nos tempos que correm, não falta na Alemanha e na Namíbia, bem pelo contrário, é o interesse — directo ou periférico — pelo Sul de Angola. E, apenas no que à história diz respeito, dois editores apresentam, só pela sua parte, seis livros em três anos. *Healing the land*²⁰ tem que ver com a história angolana, já que é a evolução dos Cuanhama, vista por um pastor luterano deste subgrupo étnico, que aqui é relatada num pedaço de história oral bilingue. O interesse do livro reside no facto de não se dispor, até agora, de uma versão publicada da visão «autóctone» da história dos principais reis do Cuanhama, e sobretudo do rei Mandume, afastado pelos Portugueses em 1915. Não sendo fanáticos da história oral não confrontada com as fontes escritas, apenas concederemos a estas transcrições de entrevistas (1989-1990) feitas a um velho nascido em 1900 (ou seja, com uma memória que já teve tempo de se deteriorar ou de seleccionar o que lhe convém) um valor relativo. Isso é visível nas confusões de datas e de locais. Por exemplo: «The first encounter between us and the Portuguese took place at Ondjiva in 1916» (p. 78). É completamente falso, pois Môngua, o Armagedão dos Ovambo, foi em Agosto de 1915 e a capital, Ngiva, foi tomada em Setembro de 1915, sem que tivesse sido oferecida resistência. São factos fáceis de verificar e que deveriam ter sido discutidos com o pastor. Em vez disso, optou-se por deixá-lo falar. Ora, como se trata de um membro da família de Mandume, vai fazer dele uma espécie de rei reformador no campo político e social, generoso, etc. O que contraria a recolha de tradições feita pelo P.^e Estermann em anos mais próximos dos factos do que 1989-1990. Estamos, pois, perante uma versão irenista, quase evangélica, da actividade do rei Mandume, cuja morte é agora objecto de controvérsias, que gostaríamos de ver elucidadas.

Sempre no âmbito da história oral, *When War Came the Cattle Slept...*²¹ reaproxima-nos da costa, uma vez que se trata dos Himba, postados de um e do outro lado do Cunene, essencialmente no Kaokoland, mas também em Angola, para onde uma parte destes Herero emigraram mais ou menos definitivamente. Também aqui se fazem perguntas a velhos. Mas neste volume encontramos muitos mais pormenores sobre as relações com os Portugueses no Sul do Curoca, até à fronteira. Sobretudo contactos com comerciantes e caçadores. O principal problema destas tradições é que reflectem uma tendência, uma atitude geral, simpatias ou antipatias, mas tornam praticamente

²⁰ Patricia Hayes e Dan Haiping (coords.), «*Healing the Land*»: *Kaulinge's History of Kwanyama*, Rüdiger Köppe Verlag, Colónia, 1997, 97 páginas, fotos.

²¹ Michael Bollig e Tjakazapi Janson Mbunguha (coords.), «*When War Came the Cattle Slept...*»: *Himba Oral Traditions*, mesmo editor, Colónia, 1997, iv + 337 páginas, fotos.

impossível agarrar uma data, identificar uma personagem (quem era o tal Vita Tom?) citada com uma figura histórica conhecida através das fontes publicadas em português (seria Oorlog ou o pai dele?). As fontes portuguesas escritas são as grandes ausentes deste volume. Talvez venhamos a encontrá-las nos outros dois volumes sobre as tradições orais dos Himba a publicar. Seja como for, trata-se de uma colecção a acompanhar com atenção.

Muito mais tradicionais e rapidamente exploráveis para conhecer Angola são *Der Caprivizipfel während der deutschen Zeit*²² e *Kaiserliche Residentur im Caprivizipfel: Schuckmannsburg*²³. Esta faixa do Caprivi é a vizinha sul-oriental de Angola e, tendo sido um dos raros franceses a verem Mucusso — e talvez o último — no tempo dos Portugueses, a história desconhecida, ou quase, do território na outra margem do Cubango (ou Okavango) exerce um certo fascínio sobre nós. O primeiro título é, essencialmente, um trabalho clássico de historiadora, sem as complicações conceptuais em moda, mas sólido: contexto diplomático (acordo luso-alemão de 1886), indecisões quanto à localização do ponto de partilha (Andara) da fronteira, explorações, condições políticas desta *no man's land*, que não será ocupada pelos Alemães antes de 1909, e isto de forma muito descentrada (residência de Schuckmannsburg sobre o Zambeze), comparativamente com Angola, onde João de Almeida chega ao Mucusso no mesmo ano e ergue um forte no território alemão, o que dará lugar a disputas com Lisboa (pp. 126-134) e à reinstalação do dito forte mais a norte (1912). Em suma, um Naulila oriental, mas sem massacre. As relações conflituosas dos Portugueses com os Mambukush são pela primeira vez — tanto quanto nos é dado saber — evocadas. É, de resto, raro encontrar uma monografia histórica com tantas novidades sobre um território africano de língua inglesa tão extenso. Angola, onde se têm outras preocupações que não sejam a de favorecer os historiadores, beneficia disso gratuitamente. As fotos são excelentes. A autora teria podido contar-nos mais coisas sobre a destruição de Mucusso pelos Alemães em Novembro de 1914 e sobre a captura da sua guarnição. As fontes que utiliza também ignoram totalmente as publicações e os arquivos portugueses. Mesmo vindo do Sul, é necessário conhecer a sombra que desce do Norte. E o inverso.

Curiosamente, no ano seguinte surge em Windhoek um livro que trata do mesmo assunto, mas cujo autor parece, não um profissional da história, mas um apaixonado pela investigação (do tipo filatelista, numismata, iconógrafo,

²² Maria Fisch, *Der Caprivizipfel während der deutschen Zeit, 1890-1914*, mesmo editor, Colónia, 1996, 158 páginas, fotos.

²³ Rainer D. K. Bruchmann, *Kaiserliche Residentur im Caprivizipfel: Schuckmannsburg*, Namibia Scientific Society, P. O. Box 67, Windhoek, Namíbia, 1997, 162 páginas, fotos.

genealogista, etc.) da história colonial alemã na Namíbia. Completa bem o anterior, ao fornecer algumas fotos e historietas de viagem captadas ao vivo. Gosta da história dos pequenos factos e está fascinado pelos actores, sobretudo os pioneiros. Note-se que documenta um pouco as demonstrações de força alemãs mais a oeste do Zipfel, ao longo da fronteira angolana, e as actividades dos chefes africanos de um e do outro lado do Cubango. Resta-nos lamentar que nenhum destes dois úteis livros se interesse verdadeiramente pelo Zipfel ocidental, mas Bruchmann fala-nos, não obstante, dos missionários católicos no Cubango (margem direita).

Do mesmo autor e no mesmo editor, que parece determinado a interessar-se muito pela história, assinala-se *Wetterleuchten am Okavango*²⁴, que, antes de mais, tem que ver com Angola, uma vez que se trata do assassinio (1903) de uma família de colonos e de *funantes* alemães por africanos vindos de Angola. Os africanos ficarão com uma das rapariguinhas até que os Bóeres voltem a comprá-la. Emoção na Alemanha, que obterá, decorridos dez (!) anos, em 1913, uma indemnização de 35 350 marcos dos Portugueses. Neste livro, o autor supera-se, pois moveu céu e terra (incluindo os arquivos de Lisboa!) para acompanhar o assunto de fio a pavio, chegando ao ponto de ter encontrado na Alemanha os descendentes da menina que ficou órfã na sequência do ataque ordenado por obscuros angolanos anteriores a João de Almeida. Trata-se de um trabalho tão minuciosamente investigado que se fazem votos para que Bruchmann se dedique a temas de maior vulto: por exemplo, as relações entre Mandume e os Alemães, ou as actividades dos comerciantes e dos caçadores alemães a norte da fronteira, entre o Cunene e o Cubango. Tem futuro na micro-história angolana.

*Geschichte des Schutzgebietes DSWA*²⁵, editado em 1973, está agora na sua 5.^a edição, o que prova que ainda existe um mercado entre os germanófonos da Namíbia para esta história puramente factual da colónia alemã. O autor insiste muito na guerra, mas, como não tem senão uma página sobre Naulila, sem ponta de originalidade relativamente às numerosas fontes alemãs publicadas, não iremos mais além nas apreciações a este livro nostálgico.

Sem sairmos das guerras, mas agora mais próximas de nós, alertemos as bibliotecas de história para a utilidade de duas categorias de livros que raramente ou nunca lá encontramos: os relatos de caça e as memórias de missionários, vendidos em circuitos e meios tão fechados que só somos

²⁴ Rainer D. K. Bruchmann, *Wetterleuchten am Okavango. Der tragische Tod der Farmersfamilie Paasch und Selmas Rettung*, Namibia Scientific Society, P. O. Box 67, Windhoek, Namibia, 1997, 116 páginas, fotos.

²⁵ Otto von Weber, *Geschichte des Schutzgebietes Deutsch-Südwest-Afrika*, Namibia Scientific Society, P. O. Box 67, Windhoek, Namibia, 5.^a ed., 1998, 284 páginas, fotos, índice.

informados da sua existência muito tempo depois da publicação. No que se refere aos primeiros, e apesar de podermos ser alérgicos ao enfado que a sua leitura exala, alguns oferecem, apesar de tudo, abordagens, ainda que superficiais, da sociedade local e, por vezes, verdadeiras jóias historiográficas. Foi assim que, *muito recentemente*, ficámos a conhecer as recordações de caça de um naturalista francês em Cabinda, *anteriores* à ocupação portuguesa. Publicado em 1926, reporta-se ao período de 1876 a 1883 e fala de um chefe da resistência cabindense à ocupação que o autor conheceu na sua juventude. Evidentemente que nenhuma bibliografia angolana ou cabindense (*coitado!*) conhece este livro, jamais utilizado por um historiador. Os missionários podem esperar uma difusão menos aleatória, mas é, apesar de tudo, anormal que tenhamos tido de esperar mais de catorze anos para falar de um livro tão importante como *Memorie missionarie*²⁶, cujo autor, padre capuchinho italiano no Congo angolano (1954-1984), fornece um testemunho capital sobre os acontecimentos de 1961, tanto em Luanda como numa dezena de missões do Noroeste, e ainda sobre o fim do período português, a derrocada de 1974-1976, a guerra civil, os Cubanos, a evolução do clero local, etc. Ele é — tanto quanto nos é dado saber — único para podermos seguir os acontecimentos de 1975-1976 no Congo, vistos, não pelo olhar de mercenários, que nada sabem do contexto, mas por testemunhas/actores imersos nas sociedades em que vivem há anos. Nas páginas consagradas a Angola (pp. 130-300), o historiador tem a certeza de ir encontrar elementos inéditos sobre os antigos colonos e evocações comoventes de uma vida anterior. Sem falar dos africanos mergulhados em dificuldades ou em horrores que, retrospectivamente, farão ter saudades — apenas a alguns — do tempo dos capuchinhos. Seria desejável que outras memórias de missionários — não apenas italianos — viessem a lume para os PALOP onde se mantiveram activos. E que passassem a ser conhecidas não apenas dos iniciados, mas ao menos dos especialistas. Se um dia alguém quisesse publicar uma antologia com os testemunhos literários de não-lusófonos sobre Angola e Moçambique, não acharia um único escritor-farol, de tal forma estes países estavam, e continuam a estar, fora dos caminhos da celebridade internacional. Em contrapartida, há centenas de viajantes, jornalistas, missionários, etc., que poderiam ser incluídos num caleidoscópio dos olhares exteriores. Nessa altura, Gaetano da Thiene não poderá ser esquecido.

Para pôr ponto final, por agora, nos capuchinhos, refira-se um sumptuoso álbum a cores cujo pretexto foi a visita do Papa a Angola em Junho de 1992, mas cujo objectivo principal é apresentar Angola a um vasto público italiano

²⁶ Gaetano da Thiene, *Memorie missionarie*, Segretariato Missioni Cappuccine, Piazza S. Croce, 44, 35123 Pádua, Itália, 1984, 300 páginas, uma centena de fotos.

que ignora a sua história e as suas realidades, pondo o acento tónico na evangelização católica. O autor —um antigo missionário no local (1981-1987) que saiu ileso, como que por milagre, de uma emboscada da UNITA em 1985— é sobretudo um fotógrafo de génio, que prefere o sol à sombra. Mas também encontrou clichés dos tempos antigos (por exemplo, um missionário a queimar os feitiços), que juntou aos seus (por exemplo, uma angolana a conduzir um cabrito ao qual vestira uma blusa e uns calções curtos para oferecer a João Paulo II). Deixemos de lado a rainha Njinga e não guardemos na memória senão as páginas sobre dois capuchinhos abatidos pela UPA em 1961 e o seu companheiro pela UNITA em 1985. Este *Angola*²⁷ tem um valor documental maior do que o atribuído aos livros de circunstância. Trata-se de um sobrevivente que continua a amar este país de sangue e de morte.

E, porque estamos na guerra, continuemos nela com *Nederlandse militairen in Angola*²⁸. Fiquem desde já descansados os antigos alunos do Liceu Salvador Correia. As razões que agora os movem não são as mesmas que em 1641-1648. Desta vez, tratava-se de vir em auxílio da paz, e não para expulsar os Portugueses da sua colónia — eles já tinham partido de «livre» vontade. Esta brochura expõe o papel dos destacamentos holandeses enviados pelo exército, pela polícia e pela marinha dos Países Baixos, no âmbito das Nações Unidas, na sua tentativa (infeliz) de restabelecerem a paz entre o MPLA e a UNITA. Como as fotografias são muitas, é possível ver o estado em que estes militares foram encontrar Angola perto de três séculos e meio depois de terem de lá partido. A bibliografia consultada pelo autor é verdadeiramente espartana, mas cita um livro publicado em Anvers que bem gostaríamos de ter, pois os títulos belgas sobre Angola não abundam nas bibliotecas.

*Landminen*²⁹ é um texto indignado e tem que ver com Angola ao estimar haver uma mina por habitante neste país, que surge referido em algumas páginas (Luena, Kuito, o centro de reabilitação de mutilados em Viana). Toda a gente está de acordo quanto à necessidade de desminar, excepto os generais e os políticos dos dois campos; esses relacionam-se mais com os banqueiros suíços e os negociantes de diamantes belgas do que os estropiados. Para certos exercícios de cálculo, é preferível a sombra. O sol convém às moscas e aos cadáveres. Quem ainda duvidar não tem mais do que arranjar *A Rough Trade*³⁰, que se inicia, precisamente, com uma foto de vítimas

²⁷ Rodolfo Saltarin, *Angola*, Curia Provinciale Cappuccini, Mestre-Venezia, 1995, 201 páginas, numerosas ilustrações e fotos.

²⁸ M. Elands, *Nederlandse militairen in Angola. De VN-vredesmissie UNAVEM II, 1991-1993*, Sectie Militaire Geschiedenis, Koninklijke Landmacht, Den Haag, 1994, 112 páginas, fotos.

²⁹ Ekkehard Launer, *Landminen*, Lamuv Verlag, Göttingen, 1997, 96 páginas, ilustrações.

³⁰ *A Rough Trade. The Role of Companies and Governments in the Angolan Conflict*, Global Witness, Ltd., P. O. Box 6042, London N19 5WP, c. 1999, 15 páginas, fotos.

da guerra na Lunda Norte em 1992. Esta publicação documenta o papel dos diamantes em Angola para os dois partidos e explica por que razão a guerra é uma operação extremamente rendível para certas sociedades e certos países, que, claro está, nunca ouviram falar dos milhões de minas que durante décadas deixarão uma boa parte de Angola esterilizada. Dentro de cem anos haverá ainda estatísticos angolanos que comparem os estragos causados pelo tráfico de negros com os provocados pelos inconscientes de hoje que, a sangue-frio, lhes destruíram o país para poderem figurar nos dicionários? Irão acabar em ministros ou em embaixadores, mas o julgamento dos historiadores corre o risco de ser implacável. O que, de resto, lhes é indiferente, desde que as minas não rebentem nas ruas de Genebra e de Antuérpia. E na UNESCO foi coisa ainda nunca vista.

«If peace and reconciliation are to last in Angola, people need access to the truth.» Com certeza, mas antes de *Peace Postponed*³¹ ser livremente distribuído em Angola seria necessário que acontecesse uma série de milagres. A esperança num milagre faz viver, sobretudo nos países subdesenvolvidos e de colonização e evangelização latinas. Mas este pequeno texto sintetiza sem indulgência — e a indulgência é coisa que seria condenável nesta matéria — as faltas e os crimes cometidos em Angola por uns e por outros desde 1994. Como o autor se revela particularmente bem informado sobre a situação antes do reacender da guerra em 1998, e como não é pago para ser o propagandista do MPLA ou da UNITA, fornece-nos o melhor quadro publicado sobre a hipocrisia e as mentiras de todas as partes em presença (inclusive os separatistas cabindenses e alguns outros grupos residuais ou recentes que se mantiveram ou surgiram no Noroeste e na Lunda). Parece depositar todas as suas esperanças na escalada de poder das organizações não governamentais e das igrejas — a ONU está, de momento, fora de jogo. Trata-se de um trabalho de clarificação indispensável. Mas em Angola quem levantar muito a cabeça arrisca-se a enfrentar graves problemas. O facto de a pena de morte ter sido abolida em 1992 não pode senão fazer rir neste país onde quem quiser sobreviver tem de usar de astúcia diariamente.

Para concluir este capítulo sobre Angola, refira-se um livro de grande importância para os historiadores, os politólogos e os diplomatas, mas que já foi ultrapassado pelos acontecimentos. *Angola's Last Best Chance for Peace*³², cujo autor, o embaixador americano Paul Hare, escreve «it is not difficult to be a cynic about Angola», descreve em pormenor os esforços

³¹ Alex Vines, *Peace Postponed. Angola since the Lusaka Protocol*, Catholic Institute for International Relations, Londres, 1998, 32 páginas.

³² Paul Hare, *Angola's Last Best Chance for Peace. An Insider's Account of the Peace Process*, United States Institute of Peace, Washington, D. C., 1998, xix + 186 páginas, índice.

desenvolvidos pelas Nações Unidas e pela *troika* (EUA, Rússia e Portugal) entre 1993 e 1998 para tentar reconciliar a UNITA e o MPLA. Trabalho de Sísifo, cujos resultados ficaram à vista. Dá, pois, continuidade ao livro de Margaret Anstee (*Orphan of the Cold War*, Macmillan, 1996). O autor, que viria depois a ser director executivo da United States-Angola Chamber of Commerce, procura seguir uma via intercessora entre os dois partidos, mas é evidente que as tergiversações da UNITA (que não cumpre as suas obrigações tal como estão previstas no protocolo de Lusaca, segundo a ONU) acabam por vencer a sua fleuma de diplomata. Parece ter investido muito emocionalmente na sua tarefa. Dedicar este livro à memória de Blondin Beye, representante especial do secretário-geral da ONU para Angola e um supermediador, bruscamente desaparecido num pântano em Junho de 1998. Até os diplomatas têm de aprender a viver perigosamente no antigo império. Tal como convém que o saibam antes de visitarem as sombras.

Tradução de Manuela Pena Gomes